

O desenvolvimento social nos estados brasileiros

MARIA CECÍLIA PRATES
RODRIGUES*

PRETENDE-SE aqui resumir os principais resultados obtidos da aplicação do IDS (índice do desenvolvimento social) na análise da situação social dos estados brasileiros, e de sua evolução na década passada. Estes resultados constam de um trabalho maior intitulado "O IDS e o desenvolvimento social nas grandes regiões e nos estados brasileiros".¹

A grande vantagem do IDS consiste em se poder traduzir as diferentes unidades das variáveis consideradas (percentual de alfabetização, anos de escolaridade, razão ricos/pobres etc.) em uma unidade comum. O IDS a ser levantado para cada estado corresponderá, assim, à agregação dos resultados apurados ali para os indicadores de saúde, educação e renda, decodificados numa escala entre zero e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor terá sido o desempenho dos indicadores sociais de um dado estado em termos da realidade social brasileira dos anos 80, e vice-versa.

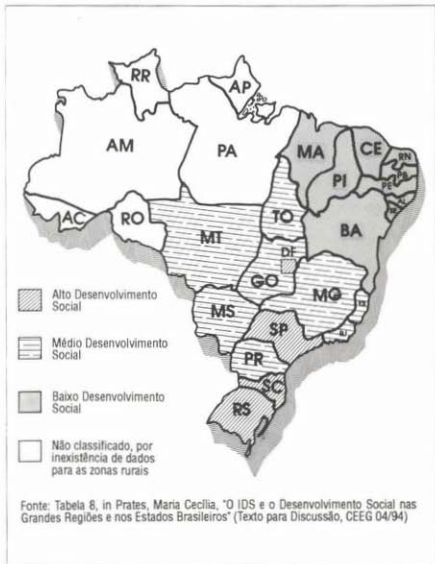
Deve-se lembrar que o IDS é uma variante do HDI (Human Development Index) das Nações Unidas, mais aplicável à realidade dos países em desenvolvimento. Seu objeto de análise são as condições sociais da população (de um país, estado ou região etc.), enquanto o HDI permite descer ao nível da satisfação pessoal dos indivíduos, o que é uma preocupação plenamente compreensível nos países desenvolvidos, que já superaram os problemas materiais de sobrevivência.

Os dados referentes ao indicador de saúde foram obtidos do Censo Demográfico 1980 (FIBGE) e de estimativas preliminares para 1990. Já as estatísticas referentes aos indicadores de educação e renda foram coletadas das Pnad 1984 e 1990 (pesquisa nacional por amostra de domicílios, da FIBGE).

O ideal seria que se tivesse utilizado a Pnad/1981, para caracterizar o início da década. Mas, devido à impossibilidade temporária de acesso aos dados das fitas Pnad e ao acesso restrito apenas às listagens publicadas, a Pnad/1984 foi a primeira disponível nos anos 80 com

todas as informações desejadas para os 20 estados. Pode-se caracterizar o ano de 1984 como sendo o de saída da recessão 1981-83; e o ano de 1990, como o de entrada na recessão 1990-92. Ou seja, os dados das Pnad aqui utilizados retratam o período inter-recessões dos anos 80.

Deve-se lembrar ainda que os estados da região Norte foram excluídos da análise, porque as zonas rurais desses estados ainda não são



pesquisadas pela Pnad, razão pela qual a sua inclusão representaria um forte fator de distorção na avaliação dos resultados do IDS. Tais estados absorvem apenas cerca de 6% da população brasileira.

O índice de saúde

O índice de saúde é composto pela média aritmética ponderada dos índices para as variáveis esperança de vida ao nascer (peso 0,4) e taxa de mortalidade infantil (peso 0,6).

Só para recordar como é construído o índice para cada variável, lembra-se que, ao melhor resultado observado dentre todos aqueles em 1980 e 1990, é atribuído valor igual a um (1); ao pior resultado, é atribuído valor igual a zero (0). Os valores intermediários são calculados por interpolação linear.

Levando em consideração o desempenho em separado dos estados, podem-se identificar três grupos com patamares distintos quanto ao índice de saúde, classificados respectivamente em alto, médio e baixo desenvolvimento em saúde.

O primeiro grupo, considerado de alto desenvolvimento em saúde, é composto apenas por três estados: Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina. O índice de saúde para este bloco de estados variou entre 0,77 e 0,87 em 1980, ficando acima de 0,92 em 1990. A supremacia do estado gaúcho em termos de saúde é incontestável.

É curioso constatar a inclusão do Espírito Santo neste primeiro grupo. A esperança de vida (1990) chega aí a 72 anos e a mortalidade infantil é de apenas 27%, contra valores de respectivamente 68 anos e 31% para São Paulo. As causas deste desempenho surpreendente no Espírito Santo na área de saúde — superior ao dos demais estados do Sudeste — não parecem claras, e merecem estudos mais aprofundados.

O segundo grupo, considerado como de médio desenvolvimento em saúde, é formado por todos os demais estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O índice de saúde calculado para os estados deste grupo variou entre 0,65 e 0,71 em

1980, ficando na casa dos 0,8 em 1990.

O Distrito Federal (quarto lugar no ranking dos estados) encabeça este bloco, seguido pelo Paraná e Mato Grosso do Sul, e só então vindo o estado de São Paulo. Os desempenhos do Rio de Janeiro e Minas Gerais só conseguem ser melhores neste grupo do que o de Goiás.

O terceiro grupo, considerado como de baixo desenvolvimento em saúde, engloba todos os estados do Nordeste. Este grupo é encabeçado pela Bahia em 1980 e pelo Piauí em 1990, vindo nos derradeiros lugares os estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas. O índice de saúde calculado para este grupo variou entre 0,03 e 0,46 em 1980, e 0,34 e 0,73 em 1990.

Com base no índice de saúde levantado para os estados brasileiros em 1980 e 1990, quais foram os estados que melhoraram (ou pioraram) sua situação em termos de saúde no contexto brasileiro?

Para responder a esta questão, deve-se esclarecer que será caracterizada como melhora (ou piora) relativa de situação a daquele estado que tiver apresentado elevação (ou descida) de ranking de pelo menos duas posições entre 1980 e 1990.

Feito este esclarecimento, verifica-se que, em termos absolutos, a situação da saúde melhorou em todos os estados, sem exceção, neste período. Mas, em termos relativos, apenas a situação da saúde do Paraná e a do Piauí melhoraram no mesmo período. Já a situação da saúde do Mato Grosso e a da Bahia sofreram processo de relativa piora.

O índice de educação

O índice de educação é composto pela média ponderada das variáveis taxa de analfabetismo de adultos (peso 0,3), escolaridade média (peso 0,2), taxa de escolaridade superior (peso 0,2) e taxa de escolaridade básica deficiente (peso 0,3).

O desenvolvimento social diferenciado

Composição dos grupos de estados* segundo índices de saúde, educação e renda, 1980/84-90

| Grupos | Índice de saúde | Índice de educação | Índice de renda |
|-----------------------------------|-----------------|--------------------|-----------------|
| 1º grupo Alto desenvolvimento | RS | DF | SP |
| | ES | RJ | DF |
| | SC | SP | |
| | | RS | |
| | | SC | |
| 2º grupo Médio desenvolvimento | DF | PR | SC |
| | PR | ES | MT |
| | MS | MS | RS |
| | MT | MG | RJ |
| | SP | GO ^a | PR |
| | RJ | MT | MS |
| | MG | | |
| GO ^a | | | |
| 3º grupo Baixo desenvolvimento | PI | PE | GO ^a |
| | SE | RN | SE |
| | BA | PB | MG |
| | MA | BA | ES ^b |
| | RN | SE | AL |
| | CE | CE | PE |
| | PB | AL | BA |
| | PE | MA | RN |
| | RJ | PI | PB |
| | AL | | CE |
| | | | MA |
| | | PI | |

Fonte: Tabelas 5, 6 e 7 in: Prates, Maria Cecília. O IDS e o desenvolvimento social nas grandes regiões e nos estados brasileiros (texto para discussão CEEG 04/94).

*A ordenação decrescente dos estados aqui apresentada obedece à classificação dos mesmos para 1990.

^a Inclui o estado de Tocantins.

^b No 2º grupo, em 1984.

A evolução do IDS

Índice de desenvolvimento social — IDS: Brasil, grandes regiões e estados, 1980/84-90

| Brasil/regiões/estados ^b | Índice de desenvolvimento social | | Classificação | |
|-------------------------------------|----------------------------------|-------|---------------|------|
| | 1980/84 | 1990 | 1980/84 | 1990 |
| 1º grupo de estados* | 0,751 | 0,866 | | |
| Distrito Federal | 0,812 | 0,930 | 1 | 1 |
| São Paulo | 0,739 | 0,902 | 3 | 2 |
| Santa Catarina | 0,708 | 0,820 | 4 | 3 |
| Rio Grande do Sul | 0,746 | 0,812 | 2 | 4 |
| 2º grupo de estados* | 0,581 | 0,656 | | |
| Rio de Janeiro | 0,665 | 0,771 | 5 | 5 |
| Mato Grosso | 0,614 | 0,695 | 6 | 6 |
| Paraná | 0,573 | 0,680 | 9 | 7 |
| Mato Grosso do Sul | 0,609 | 0,648 | 7 | 8 |
| Espírito Santo | 0,596 | 0,623 | 8 | 9 |
| Minas Gerais | 0,500 | 0,595 | 11 | 10 |
| Goiás ^a | 0,509 | 0,579 | 10 | 11 |
| 3º grupo de estados* | 0,171 | 0,322 | | |
| Sergipe | 0,238 | 0,418 | 13 | 12 |
| Bahia | 0,326 | 0,379 | 12 | 13 |
| Pernambuco | 0,164 | 0,277 | 15 | 14 |
| Rio Grande do Norte | 0,144 | 0,253 | 17 | 15 |
| Piauí | 0,134 | 0,293 | 18 | 16 |
| Ceará | 0,091 | 0,271 | 20 | 17 |
| Maranhão | 0,168 | 0,270 | 14 | 18 |
| Alagoas | 0,145 | 0,267 | 16 | 19 |
| Paraná | 0,127 | 0,267 | 19 | 20 |

Fonte: Tabela B, in: Prates, Maria Cecília. O IDS e o desenvolvimento social nas grandes regiões e nos estados brasileiros (Texto para discussão CEEG 04/94).

*Refere-se à média simples dos estados.

^aInclui o estado de Tocantins.

^bOs estados da região Norte foram excluídos porque suas zonas rurais não foram pesquisadas pelo Pnad.

melhora ou piora relativa do estado, tem-se que o Mato Grosso do Sul piorou no período. Já Alagoas melhorou sua posição relativa.

O índice de renda

O índice de renda é composto pela renda média da população economicamente ativa (PEA) com rendimento (peso 0,4) dividida pela razão ricos/pobres (peso 0,6). Denomina-se aqui razão ricos/pobres à relação entre a proporção da renda total da PEA apropriada pelos seus 10% mais ricos e a proporção apropriada pelos seus 20% mais pobres.

A opção por estes percentuais da PEA na definição de pobres e ricos, para o estudo específico do caso brasileiro, deveu-se sobretudo ao marco que eles delimitam em termos de renda. Assim, na média do País, os 20% mais pobres da PEA recebem aproximadamente até 1 salário mínimo, enquanto os 10% mais ricos auferem rendimentos acima de 10 salários mínimos.

Pelo critério do índice de renda, pode-se também identificar três grupos de estados com patamares de desempenho distintos entre si.

No primeiro grupo, caracterizado como de bom desempenho em renda, estão apenas São Paulo e o Distrito Federal a disputarem a *pole position* do País em termos de renda — título que coube ao Distrito Federal em 1984, e a São Paulo em 1990. O índice de renda para ambos os estados flutuou na casa de 0,7 neste primeiro ano e acima de 0,9 no último ano.

O fato de a escolaridade média ser mais elevada no Distrito Federal do que em São Paulo (6,8 anos contra 5,7 anos, valores para 1990) explica em grande parte o nível mais alto da renda média da PEA do Distrito Federal. Vale destacar, no entanto, que a distribuição da renda assume aí um perfil mais perverso do que no estado paulista, o que fica patente na comparação dos resultados para a razão ricos/pobres.

No segundo grupo, tido como de médio desempenho em renda, estão os estados de Santa Catarina, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná e Mato Grosso do Sul, por ordem de sua atuação em 1990. O índice de renda para estes estados varia entre 0,55 e 0,64 em 1984, e entre 0,44 e 0,78 em 1990. Só por estes limites do grupo, já se evidencia o maior grau de dispersão do índice da renda em 1990.

Quanto ao terceiro grupo, considerado como de baixo desempenho em renda e associado até então com os estados do Nordeste, é interessante constatar a inclusão aí do Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás. O rebaixamento de categoria destes três estados é plenamente compreensível. A renda média de Minas Gerais (1990) é de apenas 3,9 salários mínimos, contra a média de 4,8 salários mínimos apurada para o grupo 2; sua razão ricos/pobres chega a atingir 20 vezes, contra a média de 14,9 vezes do grupo 2. Já Goiás e Espírito Santo poderiam até estar no grupo 2, se se considerasse apenas o valor da renda média — é, porém, a má distribuição de suas rendas que os faz descer para o terceiro grupo (a razão ricos/pobres para 1990 é respectivamente de 21,8 e 23,6 vezes).

Dos resultados obtidos, verifica-se uma melhora generalizada na renda média de todos os estados entre 1984 e 1990. No global, a renda média da PEA brasileira subiu de 4,1 salários mínimos mensais em 1984 para 4,7 salários mínimos (salários mínimos de setembro de 90).

Já a distribuição da renda piorou na maioria dos estados, resultando no aumento da concentração da renda na média do País. Assim, considerando-se a razão entre a participação na renda total dos 10% mais ricos da PEA e dos seus 20% mais pobres, esta subiu de 17,5 vezes para 21 vezes.

Pergunta-se, então: no cômputo geral, a situação da renda melhorou ou piorou?

Pelo critério do índice de renda, que faz aqui a associação de resultados entre a evolução da renda média e da distribuição da renda, a situação da renda no nível do País manteve-se praticamente inalterada

(o índice de renda passou de 0,39 para 0,37 entre 1984 e 1990). Ou seja, a melhora havida na renda média do período foi contrabalançada pela deterioração na distribuição da renda. No nível dos estados, contudo, há os que melhoraram e os que pioraram, segundo o indicador de renda — em termos absolutos e relativos.

Em termos absolutos, o índice de renda apresentou elevação em sete estados (SP, DF, SC, RJ, SE, PE e RN), permaneceu praticamente estável em outras sete unidades da federação (MT, RS, PR, CE, GO, MG e PI) e registrou queda em seis estados (MS, ES, AL, BA, PA e MA).

Em termos relativos, pode-se dizer que ascenderam no ranking nacional (pelo menos em duas posições), segundo o índice de renda, os estados de Santa Catarina, Sergipe, Minas Gerais e Rio Grande do Norte. Merece destaque aqui a sensível melhora na razão ricos/pobres de Sergipe, entre 1984 e 1990.

Por outro lado, os estados do Espírito Santo, Alagoas, Bahia e Maranhão pioraram na escala nacional pelo critério do índice de renda. A concentração da renda, medida aqui por esta razão entre a apropriação da renda dos 10% mais ricos e dos 20% mais pobres, aumentou consideravelmente nos estados do Maranhão, Piauí e Paraíba.

O índice do desenvolvimento social (IDS) para os estados

O IDS é obtido a partir da média simples dos índices de saúde, de educação e de renda, tendo em vista que se atribui o mesmo grau de importância a estes três indicadores do ponto de vista social.

Pode-se aqui também identificar três grupos de estados com patamares do IDS bastante distintos entre si.

No primeiro grupo, estão o Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nesta ordem (1990). O IDS varia entre 0,71 e 0,81 em 1980-84, e entre 0,81 e 0,93 em 1990. Estes estados concentram em torno de 32% da população brasileira — só em São Paulo, estão 21,5%.

O Distrito Federal detém invicto a liderança do País em termos do desenvolvimento social. Este resultado deve ser avaliado com as devidas ressalvas. Isto porque o Distrito Federal tem a seu favor duas circunstâncias atuando conjuntamente: dentre as unidades da federação aqui analisadas, é a que apresenta a segunda menor população (em 1990, tinha 1,5 milhão de habitantes, só superado por Sergipe) e a mais baixa taxa de população rural (segundo a Pnad/90, apenas 7% de sua PEA é rural). Além, é claro, de concentrar os mais altos escalões da administração pública.

Só para melhor caracterizar a liderança do Distrito Federal, observava-se que ele foi classificado em quarto lugar (segundo grupo) em termos de saúde, subindo para o primeiro lugar do País em termos de educação; e quanto ao indicador de renda, coube-lhe a primeira colocação em 1984 e a segundo colocação em 1990.

É interessante constatar que o Rio de Janeiro, tido como de alto desenvolvimento social no contexto brasileiro, não está incluído neste primeiro grupo. O estado fluminense encabeça o segundo grupo, considerado como de médio desenvolvimento social, vindo em seguida (1990) Mato Grosso, Paraná, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais e, por último, Goiás.

O intervalo de variação do IDS no segundo grupo cai sensivelmente em relação ao seu patamar do primeiro grupo: varia entre 0,50 e 0,66 em 1980-84 e entre 0,58 e 0,77 em 1990. Este grupo de estados compreende em torno de 33% da população do País.

Deve-se destacar o melhor desempenho social do Espírito Santo em relação a Minas Gerais. A título de recordação, lembre-se que o estado capixaba foi incluído no primeiro grupo em termos de saúde, no segundo grupo no que se refere à educação, caindo para o terceiro grupo em termos de renda.

Quanto a Minas Gerais, seguiu disputando com Goiás a condição de penúltimo lugar no segundo grupo. A pobreza e as péssimas condições de vida nas regiões norte e nordeste do estado mineiro jus-

tificam os resultados obtidos, que seriam de todo inesperados quando se tem em mente apenas a realidade social do sul e do oeste mineiros, e de Belo Horizonte.

O terceiro grupo de estados, considerado como de baixo desenvolvimento social, engloba todos os estados do Nordeste brasileiro. Novamente, o intervalo de variação do IDS dá um considerável pulo para baixo em relação ao seu patamar do grupo 2: varia entre 0,09 (Ceará) e 0,33 (Bahia) em 1980-84, e entre 0,27 (Paraíba) e 0,42 (Sergipe) em 1990. Cerca de 29% da população brasileira encontram-se neste grupo, em condições de vida nitidamente piores do que nos demais estados do País.

É importante observar que, na década passada, todos os estados melhoraram o seu desempenho na área social, em termos absolutos — o IDS acusou elevação em todas as unidades da federação, sem exceção.

Alguns estados, porém, melhoraram mais do que outros, o que pode ser detectado pela variação de ranking (duas ou mais posições para baixo ou para cima). Assim, em termos relativos, melhoraram os estados do Paraná, Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará. E pioraram, também em termos relativos, Rio Grande do Sul, Maranhão e Alagoas.

Apesar dessas alterações de ranking dos estados na década passada, advindas de variações diferenciadas no IDS, a estrutura (composição) dos grupos se manteve. E tal se verificou não apenas nesta apuração final do IDS, mas também no que se refere aos índices de saúde, de educação e de renda. Isso reforça a solidez desta sistematização em grupos da realidade social dos estados brasileiros, a partir do IDS. ■

¹Ver Prates Rodrigues, Maria Cecília. O IDS e o desenvolvimento social nas grandes regiões e nos estados brasileiros. In: Texto para discussão CEEG nº 4/94, FGV/IBRE/CEEG.

²Ver Prates Rodrigues, Maria Cecília. Os pobres e os ricos do Brasil. In: *Conjuntura Econômica*, nov.1993.

* Do IBRE/CEEG.